

ATA DA QUINQUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Mais uma vez, assim como ontem, as atividades na Sala de Reuniões da Presidência incluem reuniões, agora, com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), além de uma reunião também na Governadoria, com a presença de quase todos os deputados, inclusive o deputado Pedro Kemp. Agora estamos comemorando a Semana do Cooperativismo, que ainda conta com reunião de deputados na Sala de Reuniões da Presidência. Por isso, o atraso na sessão desde as 9h. Contudo, isso é reflexo de uma Assembleia Legislativa repleta de atividades, o que nos traz muito orgulho de viver esses momentos. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para proceder à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, deputadas, público presente e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *“Ata da Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas e treze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretários, verificada a presença dos deputados e a constatação de número legal, foi aberta a sessão ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE – Lida e aprovada a Ata número Sessenta e Quatro da Quinquagésima Sexta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário, foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 2.162/2025, da Presidência da República; Ofício nº 68/2025, da Agência Nacional de Telecomunicações; Ofícios nºs 34.451, 34.455, 34.459, 34.463, 34.467, 34.471, 34.475, 34.479, 34.486 e 34.497/2025, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 6.627/2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 122/2025, da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul; carta aberta da Federação Nacional dos Sindicatos Estaduais dos Servidores dos Detrans Estaduais, Municipais e do Distrito Federal. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Gerson Claro, Zé Teixeira, Caravina, Professor Rinaldo, Antonio Vaz, Pedrossian Neto, Lucas de Lima e Lia Nogueira. Sobre a*

*mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Paulo Corrêa, João Henrique, Coronel David, Junior Mochi e Marcio Fernandes. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra o deputado Pedro Kemp. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Decreto Legislativo nº 4/2025, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Lei nº 114/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 226/2024, de autoria dos deputados Junior Mochi e Paulo Corrêa. Foi pedido vista pelo deputado Paulo Corrêa ao Projeto de Lei Complementar nº 18/2024, de autoria do deputado Pedrossian Neto. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lucas de Lima, endereçada aos familiares de Gino Rondon; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada ao governador Eduardo Corrêa Riedel e ao Conselho Estadual das Cidades de Mato Grosso do Sul, representado pelo presidente Guilherme Alcântara Carvalho, pela secretária executiva, Maria do Carmo Avesani Lopez, pela coordenadora do Conselho Estadual das Cidades, Tânia Maria de Souza Marques, e extensiva aos demais conselheiros, pelo cumprimento integral dos requisitos de habilitação para a Conferência Nacional das Cidades, promovendo conferências locais em todos os municípios e destacando-se como o primeiro estado da federação a realizar a Conferência Estadual das Cidades, ocorrida neste mês de junho de 2025; requerimento de autoria das deputadas Lia Nogueira e Gleice Jane, solicitando que seja realizada a Conferência Regional de Políticas para Mulheres no município de Dourados, conforme pleiteado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, nos termos do Ofício nº 054/2025; requerimento de informações, de autoria dos deputados Pedro Kemp e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Pedrossian Neto, Zé Teixeira, Professor Rinaldo, Roberto Hashioka, Lia Nogueira e Mara Caseiro. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, primeiro de julho do ano de dois mil e vinte e cinco." Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Não há expediente a ser lido, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo expediente, passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Não o fiz ontem porque não estava presente, mas hoje quero parabenizar o deputado Paulo Duarte. Deputado, quero parabenizar primeiro a dona Mônica Riedel, a Kátia Claro e toda a equipe que está organizando, junto com a Fundesporte, a Corrida dos Poderes. Já tinha sido um sucesso em Três Lagoas e Costa Rica, mas em Corumbá, como sempre, não foi um "treinão", foi

uma corrida que mais de duas mil pessoas participaram. Sucesso! O pessoal de fora foi muito bem recebido. Duas mil pessoas em uma corrida que era para ser apenas um treino é um exemplo, e Vossa Excelência, como sempre, deu um show. Fica aqui o nosso agradecimento, em nome da Kátia Claro e da Mônica Riedel, que se sentiram muito bem atendidas na querida cidade de Corumbá. Com a palavra, Vossa Excelência.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSD) — Senhor presidente, senhores deputados e todos os presentes nesta Sessão, quero fazer uma indicação. Porém, ao invés de apenas lê-la, vou explicá-la – até porque creio que Vossa Excelência, deputado Paulo Corrêa, que é engenheiro, verá que há coisas que a gente realmente não entende. Ontem, foi notícia em todos os sites, jornais e televisões a situação da ponte na BR-262, sobre o rio Paraguai. Eu trafego nessa ponte duas, três vezes por mês, e ela tem sofrido danos graves, com vergalhões à mostra. Estou falando de uma ponte sobre um rio. E a história dessa ponte é a seguinte: trata-se de uma concessão findada, e o Estado precisa devolvê-la à União. O Estado encaminhou à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul (Seilog), em outubro de 2024, um pedido direcionado ao Dnit, em Brasília, com o projeto de recuperação. No entanto, esse projeto está condicionado à assinatura de um acordo de cooperação técnica pelo Dnit, e, até hoje, esse acordo não foi assinado. Enquanto isso, o Estado está de mãos atadas, e nós permanecemos com uma ponte que corre sério risco, sobretudo pelos vergalhões expostos — inclusive, gravei um vídeo que encaminhei ao Dnit, mostrando o risco real —, de uma nova tragédia na BR-262. Por isso, estou encaminhando uma indicação ao secretário Guilherme e ao governador do estado Eduardo Riedel, para que pressionem o Dnit a liberar o projeto, permitindo que o Estado execute a recuperação dessa ponte. Parece que essa centralização de tudo em Brasília está, cada vez mais, prejudicando o nosso estado. Os órgãos federais aqui em Mato Grosso do Sul encontram-se absolutamente sucateados. Encaminho, com urgência, este pedido ao secretário Guilherme. É só isso que falta, o Estado está pronto para executar a obra, mas o Dnit, que é o dono da ponte, ainda não autorizou. Espero que a autorização seja concedida nos próximos dias, antes que ocorra alguma tragédia novamente nessa rodovia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, houve uma questão de ordem aqui, levantada pelo deputado Caravina. Tivemos uma reunião com o Tribunal de Contas, a pedido, inclusive, dos prefeitos e presidentes de câmaras. O Tribunal de Contas decidiu fazer um novo Refis. Houve atraso no protocolo, mas ele foi realizado agora pela manhã e, por uma questão de ordem, orientada pela assessoria e pelo primeiro-secretário, voltaremos à **Primeira Parte** do Pequeno Expediente, para que o deputado possa dar como lido e encaminhar à CCJR, permitindo que seja feito um expediente para votação na semana que vem. Esse projeto é muito importante, e não podemos, por acordo de liderança, deixar de votá-lo, uma vez que dará oportunidade, já em julho, da realização

deste Refis no âmbito do Tribunal de Contas. O projeto institui o programa de regularização fiscal, modernização e aperfeiçoamento do Tribunal de Contas. O projeto está protocolado, então passo a palavra ao primeiro-secretário para leitura do expediente. Com a palavra, no exercício da Primeira-Secretaria, o deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados! Expediente da Sessão Ordinária de 2 de julho de 2025. Agradeço, senhor presidente, pela gentileza. Deputado Caravina, eu e os senhores deputados estamos todos envolvidos. O deputado Lidio Lopes também me falou sobre o assunto. É um encaminhamento da presidência do Tribunal de Contas, referente ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (Funtc). Dou, então, senhor presidente, como lido. Este é o único expediente que vamos apresentar. Trata-se do Processo TC nº 2.935/2025, Protocolo nº 2310, Processo nº 196 (Projeto nº 166 desta Casa). Agradeço, de maneira especial, a atenção e também o pedido do nosso presidente do Tribunal de Contas, o ex-deputado Flávio Kayatt. Obrigado, senhor presidente. O expediente foi lido, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Lido e já em acordo de lideranças, para que possamos realizar a votação. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Passo a presidência ao deputado Renato Câmara para que eu possa cumprir agenda na presidência.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma indicação deste Poder ao senhor Gabriel Martins Boin, diretor-presidente da Águas Guariroba, solicitando a realização de estudos técnicos para inclusão do Núcleo Tiradentes no planejamento municipal de Campo Grande, visando à instalação de rede coletora de esgoto. A associação de moradores do Núcleo Tiradentes procurou o nosso gabinete, solicitando a instalação de rede coletora de esgoto nas seguintes vias: rua do Pandeiro, travessa Oboé, rua da Flauta, rua da Orquestra, rua da Tuba, rua do Violino, rua Claudionor Rolim, travessa dos Metais, travessa das Cordas, rua da Clarineta, rua do Pistão, travessa José Covas e rua Santa Lourdes. Atualmente, a região sofre com a falta de infraestrutura adequada para o escoamento de esgoto, o que gera diversos transtornos aos moradores, como acúmulo de água residual em vias públicas, risco de contaminação e proliferação de doenças, além de desvalorização imobiliária e desconforto para os residentes. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados e deputadas, eu gostaria de apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental,

que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Peres Ramos, e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara Carvalho, em caráter reiterativo, solicitando a instalação de duas lombadas eletrônicas ao longo da avenida Genário da Costa Matos, no trecho urbano da rodovia MS-145, no município de Deodápolis. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Renato Câmara e nobres pares. Bom dia a todos que nos honram com sua presença neste Plenário e também aos que nos assistem através da TV Assembleia. Senhor presidente, quero aqui fazer a leitura de duas indicações, uma moção de pesar e a apresentação de um projeto. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, com fundamento no artigo 176 do Regimento Interno desta Casa, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara Carvalho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando estudos para o recapeamento asfáltico da rodovia MS-295, no trecho compreendido entre os municípios de Eldorado e Iguatemi, diante das precárias condições de trafegabilidade atualmente verificadas. Com a devida justificativa anexa, ressalto a importância da demanda, considerando que realizamos audiência pública com quatorze representantes de câmaras de vereadores e prefeitos da região, evidenciando grande necessidade desse recapeamento. Em segundo lugar, indico também à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, com fundamento no artigo 176 do Regimento Interno desta Casa, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando estudos técnicos para a implantação de uma rotatória ou alternativa técnica viável na rodovia MS-178, no acesso ao Balneário Municipal Prudente Correia, localizado no município de Bodoquena. A presente proposição decorre de reiteradas demandas da comunidade local e de frequentadores do Balneário Municipal Prudente Correia, que é um ponto turístico de relevante interesse socioeconômico para o município de Bodoquena e região. O referido trecho da rodovia MS-178, que dá acesso ao balneário, não dispõe de dispositivos de segurança viária adequados, como redutores de velocidade, rotatórias ou sinalizações eficazes, o que expõe os usuários da via a riscos iminentes de acidentes de trânsito. A justificativa detalhada segue anexa. Eu gostaria, ainda, de

apresentar uma moção de pesar. Requeiro, assim, à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares da senhora Ilda Mara Silva, falecida no dia 28 de junho de 2025, no município de Campo Grande, neste estado. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio deste deputado estadual Lidio Lopes, manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento da senhora Ilda Mara Silva Correia, ocorrido no dia 28 de junho do corrente ano no município de Campo Grande. Natural de Pirajuba, Minas Gerais, nasceu no dia 8 de agosto de 1956 e migrou, ainda criança, aos dois anos de idade, para a cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde construiu sua vida e sua carreira. Professora de formação, licenciada em Matemática, dedicou vinte e cinco anos de sua vida ao magistério público estadual, contribuindo de maneira exemplar para a formação educacional de inúmeras gerações. Após aposentada, continuava sendo uma referência de sabedoria, dedicação e valores humanos. Aos sessenta e oito anos deixou três filhos, sendo um já "in memoriam", e cinco netos, aos quais expressamos nossa solidariedade neste momento de dor e saudade. Viveu de forma digna, deixará saudades e ficará viva em nossa memória a lembrança de uma mulher virtuosa, carinhosa e muito amada por todos. Essa moção é um singelo reconhecimento à sua trajetória de vida — marcada pelo compromisso com a educação, pelo amor à família e pela integridade pessoal — que se dá à família enlutada, acrescentando-se a nossa tristeza por tão irreparável perda. Rogamos a Deus que lhes dê força e conforto para superar esta perda. Mãe de grandes amigos nossos, a senhora Ilda Mara nos deixou no domingo próximo passado. E, por último, senhor presidente, quero aqui apresentar um projeto de lei que denomina o prédio da Delegacia da Polícia Civil do município de Eldorado. Artigo 1º - Fica denominado "Delegado Claudineis Galinari" o prédio da Delegacia da Polícia Civil do município de Eldorado, Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Plenário Deputado Júlio Maia, 02 de julho de 2025. O presente projeto de lei tem por finalidade prestar uma justa e merecida homenagem "in memoriam" ao delegado Claudineis Galinari, que dedicou sua vida à segurança pública e ao bem-estar da população sul-mato-grossense, especialmente na região de fronteira. Doutor Claudineis Galinari nasceu em 12 de fevereiro de 1964, na cidade de Nova Esperança (PR). Apesar de solteiro, deixou oito filhos. Formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Maringá no ano de 1987, e exerceu a advocacia por dois anos, até ser aprovado em concursos públicos para o cargo de delegado de Polícia Civil nos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, optando por este último para construir sua carreira. Ingressou na Academia Estadual de Segurança Pública (Aesp), atual Acadepol, em 1989, formando-se no ano seguinte entre os primeiros colocados de sua turma. Ao longo de sua trajetória, atuou com zelo e dedicação como delegado em diversas cidades do interior, especialmente na região do Cone Sul de Mato Grosso do Sul, entre elas Iguatemi, Eldorado, Sete Quedas, Juti, Naviraí e Itaquiraí.

Em Naviraí, desempenhou funções na Delegacia da Mulher, na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, além de ter exercido os cargos de delegado regional adjunto e delegado regional. Com mais de vinte e seis anos de serviços prestados à Polícia Civil de Mato Grosso do Sul, foi reconhecido como o delegado com maior tempo de atuação na fronteira Brasil-Paraguai, exercendo suas funções por vinte e três anos de maneira íntegra e incansável. Destacou-se também pela implantação de programas sociais inovadores, como o ensino de alfabetização, educação primária e educação religiosa nas cadeias públicas de Eldorado e Iguatemi, projetos que serviram de referência para outras unidades do estado. No ano de 1998, por designação do então secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, doutor Assunção, assumiu a presidência do inquérito que apurava o assassinato do ex-deputado estadual Santos Tomazelli. Com elevado profissionalismo, elucidou o caso em apenas dois meses, demonstrando firmeza e competência no enfrentamento ao crime organizado. Por sua atuação destacada, foi reconhecido como Cidadão Sul-Mato-Grossense, tendo deixado um legado de integridade, compromisso com a justiça e contribuição inestimável à segurança pública do estado. A denominação da Delegacia de Polícia Civil de Eldorado com o nome de delegado Claudineis Galinari é uma forma de eternizar sua memória e reconhecer sua trajetória exemplar, marcada pelo serviço público, pela defesa da sociedade e pelo desenvolvimento da região. Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação desse projeto. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, senhores assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV Alems e Rádio Alems. Senhor presidente, trago duas indicações. A primeira, para que, após ouvido o colendo Plenário, seja encaminhado expediente deste Poder ao reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), professor doutor Laércio Alves de Carvalho, solicitando estudos de viabilidade para implantação dos cursos de Fonoaudiologia e Psicologia na unidade da UEMS do município de Paranaíba, tendo em vista a crescente demanda regional por formação superior na área da saúde. Esse pedido veio, inclusive, da classe política da região, o vereador de Inocência Dalton. E esse curso atenderia não só Paranaíba, mas toda a região, incluindo Inocência e Aparecida do Taboado. É uma região que está crescendo muito, com a construção da fábrica da Arauco, em Inocência, além dos vários investimentos realizados em Paranaíba. Portanto, é um pedido que vem da classe política, mas que atenderá a população do município de Paranaíba e também dos municípios vizinhos. O pedido vai ao professor Laércio, para que ele verifique a possibilidade e a viabilidade da implantação dos cursos de Fonoaudiologia e Psicologia na

UEMS de Paranaíba. A segunda indicação, senhor presidente Renato Câmara: após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Corrêa Riedel, e à secretária de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos, Patrícia Elias de Oliveira, solicitando a ampliação dos pontos de atendimento do Programa “Mais Social” no município de Campo Grande, sugerindo que novas unidades sejam implantadas nas regiões urbanas da capital. Essa solicitação se dá em razão das grandes distâncias enfrentadas por parte da população até o único ponto de atendimento existente, o que dificulta o acesso de famílias vulneráveis ao benefício. Quero fazer um adendo e uma explanação detalhada sobre este assunto. O Mais Social é um grande programa de distribuição de renda e apoio às famílias em dificuldades no Estado de Mato Grosso do Sul. O programa existe em todos os municípios do estado, e cada município possui um escritório do Mais Social para atendimento às famílias vulneráveis. Porém, aqui em Campo Grande, uma cidade que concentra um terço da população do estado, há apenas um único posto de atendimento do Mais Social, localizado na Vila Sobrinho, próximo ao prédio da Polícia Federal. É importante destacar que as populações vulneráveis de regiões como o Noroeste, Rosa Pedrossian e vários bairros da Homex enfrentam grandes dificuldades para se deslocar até este ponto de atendimento. Seja para resolver algum problema, uma nova inscrição, atualizar cadastros antigos ou para tratar de dificuldades relacionadas ao recebimento do benefício, essa distância torna o acesso complicado e prejudica o atendimento. Portanto, ao levantar essa demanda, ficou evidente a necessidade de ampliar os pontos de atendimento do programa nesta cidade de quase um milhão de habitantes. Propõe-se a implantação de outros postos, principalmente nas regiões periféricas, facilitando assim o acesso das pessoas que dependem do programa. Assim, encaminho este pedido à competente secretária Patrícia Cozzolino e ao governador, para que ambos analisem a possibilidade de ampliação do número de postos de atendimento do Mais Social. Esse pedido, inclusive, foi sugerido por pessoas e entidades da região que prestam apoio a famílias em situação de vulnerabilidade, considerando que, na área mais carente, é urgente a instalação de um novo ponto de atendimento do programa. Senhor presidente, era só isso por hoje.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, cumprimento, em nome do Celso Régis, todos aqueles que nos prestigiam com suas presenças aqui, onde comemoramos a Semana do Cooperativismo. Cumprimento a imprensa e todos que nos acompanham pela TV Alems. Faço uso do Pequeno Expediente para apresentar duas indicações. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste

Poder ao senhor João Paulo Pinheiro Bueno, superintendente da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso do Sul, solicitando a doação de duas motocicletas de alta cilindrada, oriundas da frota recentemente substituída da corporação pelo Ministério da Justiça, ao município de Camapuã, atendendo ao pedido do diretor do Departamento Municipal de Trânsito de Camapuã, senhor Edson de Souza Pimentel, que formalizou tal demanda junto ao nosso gabinete por meio do ofício anexo. Também indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao senhor diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, por cópias autônomas, solicitando, por meio de convênio ou execução direta no orçamento, a viabilidade de recursos para a realização de estudos técnicos, visando à execução da abertura completa, pavimentação asfáltica e construção de uma ponte na rua Argelino Marques de Matos, interligando os bairros Jardim Mônaco e BNH - Segundo Plano, no município de Dourados. Em atendimento ao pedido do vereador Laudir Antônio Munaretto, da Câmara Municipal de Dourados, foi encaminhado o requerimento ao nosso gabinete, por meio do ofício anexo. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, quero fazer um cumprimento especial ao presidente da Casa, deputado Gerson Claro, em razão da reunião realizada ontem, na qual participaram os membros da Comissão de Acompanhamento da Concessão da BR-163, bem como outros deputados da Casa que estiveram presentes. Também participaram conosco toda a diretoria da Concessionária Motiva nacional e agora da Motiva de Mato Grosso do Sul, que assumiram, por meio da assinatura do contrato, a repactuação, cuja data designada é o próximo dia 1º de agosto. Quero ressaltar a importância do diálogo. Se vivemos um momento de conflito, insatisfação e revolta em relação à CCR MSVia, pelo descumprimento do que foi pactuado no contrato original, isso se deve, em grande parte, à falta de diálogo. O que vimos ontem foi um avanço: a empresa compareceu à Casa para prestar contas de seus atos. É isso que esperamos nesse novo contrato, agora repactuado. Ficou definido que, a cada noventa dias, o responsável pela Motiva em Mato Grosso do Sul virá a esta Casa para participar de uma reunião com a Comissão de Acompanhamento da Concessão, prestando contas das ações e do que está sendo pactuado, ou seja, repactuado no contrato original, com cronogramas de investimentos, execução e prazos detalhados — primeiro, segundo e terceiro anos, até o nono ano, quando as obras de duplicação estarão concluídas. Essas obras incluem a construção de terceiras faixas, acostamentos, acessos às cidades e passarelas para pedestres. Esse ponto é crucial, já que, como não pudemos suspender o contrato e, após o

leilão, a vencedora foi a Motiva, o contrato prevê e detalha todas as suas obrigações. Cabe a esta Casa acompanhar sua execução, para evitar o que aconteceu anteriormente. Entretanto, senhor presidente, fizemos questão de entregar à direção da concessionária uma denúncia e o relatório elaborado por meio das audiências públicas que realizamos. Entregamos pessoalmente esses documentos nas mãos do diretor-presidente e da diretoria. Estes relatórios também foram encaminhados ao Ministério Público Federal, solicitando a realização de uma perícia técnica e contábil para aferir os valores arrecadados, os empréstimos tomados e os investimentos realizados na rodovia. Nós também repassamos à concessionária a mesma representação que está nas mãos do Ministério Público Federal, além de um requerimento aprovado nesta Casa, direcionado à ANTT, solicitando as mesmas informações. Existem duas questões distintas. Uma coisa é o que aconteceu entre 2014 e 2025, até o leilão da concessão e a nova repactuação; a sociedade sul-mato-grossense merece uma resposta devida, adequada e correta sobre os valores arrecadados e investidos nesse período. Outra questão é a partir de agora. Daqui em diante, cabe a nós acompanharmos e garantirmos que este contrato repactuado seja devidamente cumprido. Se houver inadimplência, será muito mais fácil corrigir quando o problema ainda for pequeno, em vez de permitir que ele cresça e cause o mesmo prejuízo acumulado por anos, como aconteceu anteriormente. Gostaria de destacar o respeito demonstrado pela empresa, que esteve aqui com toda a sua diretoria, reconhecendo publicamente seus erros e se propondo a estabelecer uma relação diferente com o Poder Legislativo Estadual. Essa postura é extremamente importante e demonstra respeito à Casa, ao trabalho realizado pela Comissão e, consequentemente à sociedade sul-mato-grossense. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste Plenário, pela TV Alems e Rádio Alems. Trago hoje, senhor presidente, um requerimento endereçado ao Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Cidadania, para tratarmos sobre aquele incidente ocorrido na aldeia Jaguapiru, em Dourados: a queda de uma caixa d'água, um reservatório. Isso faz parte de um projeto que o Governo do Estado, em parceria com Itaipu, tem desenvolvido em pelo menos oito aldeias de seis municípios de Mato Grosso do Sul. No último sábado à noite, entrando pela madrugada, essa caixa d'água desabou. E, se fosse durante o dia, deputado Pedro Kemp, poderia ter ocorrido uma tragédia. Como representante da bancada de Dourados neste Parlamento, eu não poderia me furtar de trazer esse debate aqui hoje. Estamos buscando explicações da empresa que foi contratada para a obra, que tinha sido recém-entregue. Então, se houve essa falha, quem será responsabilizado? Quero destacar aqui o compromisso que nós temos com as comunidades indígenas. As aldeias de

Dourados, Jaguapiru e Bororó compõem a reserva indígena, e todos sabem que essa área é de domínio da União, pertence à União. No entanto, o Governo de Mato Grosso do Sul nunca deixou de ter um olhar sensível para com os povos indígenas. Só nessa parceria, nesse convênio com Itaipu, são sessenta e cinco milhões de reais, dos quais quinze milhões foram recursos do Governo do Estado, empregados nesse projeto de longa duração para resolver um problema crônico: a falta de água nas áreas indígenas do nosso estado. Essa situação é desumana. O que temos vivenciado é desumano. Por isso, todo empenho é muito bem-vindo, como caminhões-pipa e parcerias com a Bancada Federal. No entanto, essa questão tem sido tratada, ultimamente, de maneira muito irresponsável por pessoas que ingressam na política, deputado Renato Câmara, apenas para “lacrar”, para usar a mídia em benefício próprio, mirando autopromoção e novos voos. Quero dizer aqui, deputado Neno Razuk, que tudo tem de ser construído de forma gradativa e responsável. Não podemos usar o sofrimento das comunidades indígenas de Dourados como ferramenta para lacração ou para likes em redes sociais. Conversei hoje também com a secretária de Estado de Cidadania, Viviane Luiza da Silva, para tratar de toda essa questão e dizer que nós, do Parlamento Estadual, estamos buscando uma solução para esse problema, que já se arrasta há mais de vinte anos nas aldeias Jaguapiru e Bororó. Quero reafirmar nosso compromisso em representar Dourados, uma responsabilidade que assumo com propriedade, pois conheço essa realidade. Tenho mais de vinte anos de jornalismo cobrindo as aldeias Jaguapiru e Bororó, e fui também a deputada mais votada na reserva indígena de Dourados. Meu compromisso é com vocês. Estamos somando esforços com mais de cinquenta milhões de reais, viabilizados pela Bancada Federal para resolvermos o problema da falta de água. Ninguém, senhores e senhoras, sobrevive sem água. Essa é uma questão de humanidade. Em pleno século XXI, é inconcebível vivenciarmos uma situação como essa nas áreas indígenas do nosso estado, especialmente na reserva de Dourados, que é a maior reserva indígena urbana do Brasil. Convoco todos vocês, e a sociedade como um todo, para refletirem sobre isso. A população indígena, os povos originários, são brasileiros de fato. E, enquanto eu estiver neste Parlamento, não permitirei que algo tão doloroso e tão complicado como o problema crônico das nossas aldeias seja usado como palanque político ou como meio de promoção pessoal em redes sociais. Muito obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Primeiro, eu queria parabenizar a deputada Lia Nogueira, que fez o uso da palavra. Realmente, acontecem coisas na vida... Como um homem que participa da política há trinta anos, digo que a deputada Lia Nogueira está coberta de razão. Os povos indígenas sempre foram usados pelas administrações ao longo do tempo. O atual presidente da República teve oito anos no poder, depois fez a

sucessão, somando mais quatro anos, e retornou para mais um período de governo. Agora, no próximo ano, terminará mais quatro anos de mandato. Fazendo uma simples soma: oito mais quatro, totalizam doze anos, com mais quatro, somam dezesseis anos, e, considerando mais dois anos, somam dezoito anos no poder — e ainda assim, não conseguiu resolver algo tão básico quanto fornecer água para a reserva indígena. Isso acontece porque o índio vive em terras que pertencem à União. Ele não é dono da terra; ele é usufrutuário de um patrimônio da União, que deveria servir para seus usos, costumes, para a criação de suas famílias e para viver com dignidade. Contudo, a realidade de Dourados, especialmente nas reservas Jaguapiru e Bororó, mostra o oposto: elas não são mais reservas indígenas no sentido tradicional; tornaram-se uma extensão da cidade de Dourados. E, ironicamente, quem mais ajudou a população indígena dessas reservas foi o prefeito de Itaporã, o senhor Marcos Paco. Quando surgiam problemas ligados ao abastecimento de água ou outros embargos, os caminhões enviados eram de Itaporã, e não da própria administração de Dourados ou do Governo Federal. Com todo o respeito que tenho pelo compromisso de Vossa Excelência com a comunidade indígena, eu gostaria de reforçar que os povos indígenas continuam sendo tratados como massa de manobra no Brasil, especialmente em períodos eleitorais, tanto com relação à saúde quanto à educação. Já tivemos, por exemplo, denúncias graves que resultaram em CPI. Houve casos de várias crianças mortas por falta de comida nas reservas indígenas. Certa vez, enviei ao ex-governador André Puccinelli, um levantamento financeiro detalhado dos recursos que foram repassados à Missão Caiuá. Ninguém sabe o que foi feito com esse dinheiro; o que sabemos é apenas o sofrimento dos povos indígenas, sofrimento que Vossa Excelência mencionou tão bem aqui. Quero também destacar que, apesar de termos ideias divergentes, foi através de um convênio articulado pelo deputado Vander Loubet, em parceria com Itaipu, que conseguimos um importante avanço. Destinamos quarenta milhões de reais, em parceria com a Sanesul, para resolver o problema de abastecimento de água, não apenas para a reserva indígena diretamente, mas também para a extensão da cidade de Dourados, que hoje abriga mais de treze ou quatorze mil pessoas. Parabéns, deputada Lia Nogueira, por trazer esse tema à discussão.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores, e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Quero, inicialmente, saudar toda a diretoria da OCB na figura do senhor Celso Ramos Regis, que hoje faz uma visita a esta Casa de Leis. Seja muito bem-vindo, especialmente durante a Semana do Cooperativismo e no ano em que celebramos o Ano Internacional do Cooperativismo. Senhor presidente, trago à tribuna duas

indicações e uma moção de pesar. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, senhor Washington Willeman de Souza, solicitando a reforma da unidade da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), localizada no município de Nova Andradina. Essa solicitação é fruto de uma reivindicação encaminhada ao meu gabinete pelo senhor Sandro Henrique Polloni, coordenador regional do polo da Agraer na cidade de Nova Andradina. A reforma justifica-se pela importância dessa instituição para o fortalecimento da agricultura familiar, para a assistência técnica e para a promoção do desenvolvimento regional, sendo, portanto, essencial atender a essa demanda. Também apresento uma segunda indicação. Indico à Mesa, de forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Elias Verruck, e ao diretor-presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), senhor André Borges, solicitando a implantação de uma unidade regional do Imasul no município de Nova Andradina, com o objetivo de atender os municípios do Vale do Ivinhema. Essa reivindicação foi encaminhada ao meu gabinete por cidadãos nova-andradinenses, usuários dos serviços do Imasul, que apontam a necessidade de uma unidade regional para melhor atender os municípios dessa região. Quero também saudar aqui, no Plenário, o prefeito Germino Rossi e o vice-prefeito Cacildo Paião, parabenizando-os pela Festa do Sereno, que foi um grande sucesso no final de semana passado. Parabéns e um forte abraço a vocês. E, por falar em Batayporã, tenho aqui uma moção de pesar. Requeiro à Mesa, de forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada a moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Neldir Alves de Borba, falecido em 26 de junho de 2025, na cidade de Batayporã. Neldir Alves de Borba, mais conhecido como Neldir Borba, será lembrado por seu espírito comunitário, uma vez que esteve à frente do asilo de Batayporã por muitos anos, além de sua atuação marcante nos eventos realizados pela Igreja Católica, sempre colaborando com os leilões e quermesses. Companheiro sincero dos amigos rotarianos, viúvo da senhora Alzira, pai admirável de Demer e Thiago, Neldir deixa uma bela história de amor e esmero, que será inesquecível para seus familiares e amigos. Assim, ao manifestar nossos sentimentos, encaminhamos a presente moção, que deverá ser redigida nos seguintes termos: “A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e da Cidadania, por proposição do deputado estadual Roberto Hashioka, manifesta sua solidariedade e externa os mais elevados sentimentos aos familiares e amigos do senhor Neldir Alves de Borba.

Rogamos, ainda, que Deus conforte a todos neste momento de pesar e profunda tristeza.” Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando que seja realizado o encascalhamento e o patrolamento na MS-244, no trecho que liga os municípios de Jaraguari e Rochedo. Essa proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo vereador Maurinho (Republicanos), do município de Jaraguari. Também indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando a realização de limpeza na rodovia MS-165, no trecho de entrada e saída do município de Coronel Sapucaia, que liga o município a Paranhos. Essa proposta busca atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete pela senhora vereadora Nayara Florentino (Republicanos), do município de Coronel Sapucaia. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Pedrossian Neto. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, encerro o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas: (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 02303/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 02302/2025). De autoria do deputado Coronel David: uma moção de congratulação (Prot. nº 02331/2025); um projeto de lei (Prot. nº 02330/2025). De autoria do deputado João Henrique: um projeto de lei (Prot. nº 02311/2025). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 02344/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: um projeto de lei (Prot. nº 02338/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 02317/2025, 02314/2025, 02312/2025, 02313/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma moção de congratulação (Prot. nº 02301/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 02322/2025, 02307/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 02319/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 02316/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: uma indicação (Prot. nº 02319/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 02316/2025). De autoria do deputado

Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 02320/2025, 02321/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 02323/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 02309/2025).) Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Por inversão, quero transferir meu tempo ao deputado Professor Rinaldo. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos. Quero agradecer a presença do prefeito do município de Batayporã, Germino Rossi, e do vice-prefeito Cacildo Paião. Também agradeço a presença do vereador Willian Nilson José dos Santos, do município de Selvíria, e do vereador Vinícius Corrêa da Silva, além do vice-prefeito Antônio Francisco da Silva. Agradeço ainda ao gerente de Operação da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Ivanildo de Jesus Silva, e ao coordenador de Promoção Social do sistema OCB, Renato Júnior de Souza Marcelino. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — sem revisão do orador —

Bom dia, senhor presidente, demais colegas deputados e deputadas, senhores e senhoras que prestigiam esta Sessão e todos que nos acompanham através da Rádio e TV Assembleia. Senhor presidente, antes de começar o meu pronunciamento, eu gostaria que fosse colocado um vídeo institucional da OCB, de apenas dois minutos; na sequência farei o meu pronunciamento. Por gentileza. [Apresentação de vídeo institucional]. Senhor presidente, mais uma vez, cumprimento a todos aqui presentes. Gostaria de agradecer a todas as cooperativas que estão aqui representadas, em nome de Celso Régis, presidente da OCB; Rogério Piva; Dalva, uma das precursoras do cooperativismo em nosso estado; Ariane Zen, gerente geral do sistema OCB; e o conselheiro do Serviço Social do Cooperativismo (Sescoop/MS), Vardis Conte Lemos, do Serviço Social do Cooperativismo. Eu gostaria também de citar o doutor Galberto Lélis, conselheiro da OCB/MS, e registrar a presença do doutor Adalberto Arão Filho, presidente do Conselho Administrativo do Sicoob Unic. Além disso, vejo aqui vários amigos, incluindo meu amigo de adolescência, o querido Riquito, e o Ivan. Em nome deles, cumprimento todos os demais que estão aqui conosco nesta manhã. Senhor presidente, nobres colegas deputados, venho a esta tribuna com grande alegria para destacar uma importante conquista para o nosso estado: a instituição da Semana Estadual do Cooperativismo, garantida pela Lei nº 196/2024, de nossa autoria. O cooperativismo é mais do que um modelo econômico; é um instrumento de transformação social, que fortalece comunidades, gera distribuição de renda e promove cidadania. Hoje, são mais de quinhentos e setenta e nove mil e quinhentos cooperados em nosso estado, construindo uma economia mais humana e solidária. Vossas Excelências que estiveram hoje conosco na Sala da Presidência viram que praticamente mais de 70% dos colegas receberam uma homenagem. Aqueles que ainda não tiveram essa oportunidade, poderão recebê-la depois em meu gabinete, onde se encontra a estatueta. Vossas Excelências ouviram, ali, o presidente da OCB dizer que, se hoje temos aproximadamente seiscentas mil pessoas participando de alguma cooperativa, podemos multiplicar esse número por, no

mínimo, três. Então, Flávio, você que é da Coopertaxi, entenda que isso aproxima praticamente a quase 80% da população sul-mato-grossense. Esse exemplo é para que Vossas Excelências e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Assembleia compreendam a importância e a relevância de uma cooperativa para a nossa sociedade. Então reafirmo aqui o meu compromisso aqui o meu compromisso com esse setor que tanto contribui para o desenvolvimento sustentável do nosso estado. Vamos seguir fortalecendo o diálogo entre o poder público, as cooperativas e a sociedade, com foco no progresso e na justiça social. Eu gostaria, nesse momento, com a permissão de Vossas Excelências, de fazer uma breve retrospectiva sobre a realidade do cooperativismo no mundo. Em poucos minutos, devido à questão de tempo, gostaria de destacar o seguinte: a ONU declarou 2025 como o Ano Internacional das Cooperativas, um reconhecimento que reforça a relevância do cooperativismo na construção de um futuro mais sustentável e inclusivo. Com o tema "Cooperativas Promovem Soluções Inclusivas e Sustentáveis para um Mundo Melhor", o ano marca um momento histórico para o cooperativismo mundial. A capacidade do movimento cooperativista de transformar o mundo para todos está alicerçada na força de seus modelos de negócios e na imensa potencialidade de gerar prosperidade, algo alcançado apenas graças ao trabalho coletivo. Entregar prosperidade significa apresentar resultados não apenas para os cooperados, mas também para toda a sociedade. O Dia Internacional do Cooperativismo, celebrado desde 1923 em todo o mundo e oficialmente reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas no centenário da Aliança Cooperativa Internacional, em 1995, é comemorado sempre no primeiro sábado de julho. Neste ano, ocorrerá no dia 5 de julho, destacando as contribuições das cooperativas para o desenvolvimento econômico, social e sustentável da sociedade. Em 2025, com o tema "Cooperativas Promovem Soluções Inclusivas e Sustentáveis para um Mundo Melhor", a data ganha ainda mais relevância, pois está inserida no contexto do Ano Internacional das Cooperativas. Esse período ressalta o papel fundamental dessas organizações na construção de um futuro sustentável, enfatizando seu compromisso com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030. As comemorações no Mato Grosso do Sul, relacionadas à Semana do Cooperativismo no Estado, acontecem por meio da Lei nº 6.196, de 5 de março de 2024. Como coordenador, tenho a alegria de participar todos os anos, a pedido da OCB, e de elaborar um breve relatório sobre as atividades e o estado atual do cooperativismo. Em 2025, a programação da Semana do Cooperativismo contará com diversos eventos, encerrando as atividades com o Torneio de Integração Cooperativista (Ticop), que será realizado em Dourados, nos dias 5 e 6 de julho. Durante o Dia de Cooperar (Dia C), as cooperativas, por meio da união de forças e da intercooperação, se mobilizam para celebrar ações que transformam pessoas e comunidades. Neste encontro voluntário das cooperativas, são realizadas diversas atividades, como educação financeira, oficinas, orientações sobre saúde, apresentações culturais, atendimento jurídico,

auxílio na confecção de currículos, entre outras. Em 2025, essa mobilização tem uma nova data: no dia 30 de agosto. Juntos, estaremos construindo um mundo melhor. Além de Campo Grande, ações semelhantes ocorrerão no mesmo dia em cidades como Deodápolis, Dourados, Naviraí, Nova Andradina, Maracaju, São Gabriel do Oeste, entre outras. Sobre o cooperativismo no mundo, para que Vossas Excelências possam entender sua força, atualmente existem no mundo mais de três milhões de cooperativas; mais de um bilhão de cooperados, representando 12% da humanidade; duzentos e oitenta milhões de empregos gerados. As trezentas maiores cooperativas do mundo faturam dois trilhões e quinhentos bilhões de dólares. No Brasil, os números também são impressionantes: quatro mil e quinhentas cooperativas distribuídas em mil, trezentos e noventa e oito municípios; vinte e três milhões e quinhentos mil cooperados, representando mais de 10% da população brasileira; quinhentos e cinquenta mil empregos gerados pelas cooperativas; um trilhão, cento e sessenta bilhões de reais em ativos; seiscentos e noventa e dois bilhões de reais de faturamento; noventa e quatro bilhões de reais em capital social; trinta e oito bilhões e novecentos milhões de reais em sobras; oito bilhões de reais em negócios no mercado internacional. Fonte: Anuário do Cooperativismo Brasileiro do ano de 2024. Cinquenta e três por cento da safra de grãos no país é originada por um produtor cooperado. As cooperativas de crédito possuem a maior rede de atendimento, com mais de oito mil pontos. Em Mato Grosso do Sul, possuímos cento e trinta e sete cooperativas, deputado Junior Mochi, com mais de quatorze mil e quinhentos empregos diretos e quinhentos e setenta e nove mil novecentos e cinquenta sul-mato-grossenses participando de uma cooperativa. As cooperativas representam 35% da capacidade estática de armazenagem de grãos do estado. Fonte: site da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O cooperativismo é o modelo de negócios do presente, pois inclui pessoas, reduz a concentração de renda e oferece oportunidades e alternativas para pequenos empreendedores. É um modelo que insere no mercado sistemas de negócios mais inclusivos, que potencializam condições democráticas de participação de todos. As cooperativas, em sua essência, têm como característica principal a proximidade com as pessoas. Ter uma cooperativa em uma comunidade significa que, de um lado, o acesso a produtos e serviços é facilitado, e de outro, que os recursos e os resultados gerados permanecem na região, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento nas comunidades onde atuam. Senhor presidente, demais colegas, este é um breve relato, uma breve retrospectiva do cooperativismo hoje no mundo. Tenho a honra de ter sido o precursor desta frente parlamentar, quando Reinaldo Azambuja ainda era nosso colega aqui, deputado estadual. Minha alegria, Celso, é ver todos que estão aqui representando uma cooperativa, é saber que a nossa Assembleia Legislativa, na história do Brasil republicano até os dias de hoje, é a única em que os vinte e quatro deputados, ou seja, cem por cento dos colegas, são signatários desta frente tão importante.

Portanto, finalizo aqui, agradecendo a Deus pela oportunidade de estar aqui com todos vocês.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Permite-me um aparte, deputado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Concedo um aparte ao deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Quero apenas fazer coro às palavras de Vossa Excelência na tribuna e aproveitar para parabenizar, na pessoa do Celso Regis, nosso presidente da OCB, todas as cooperativas e todos os cooperados de Mato Grosso do Sul. O sistema cooperativista, sem sombra de dúvida, é o melhor exemplo de como empreender, desde o pequeno até o grande empresário. Ele oferece a oportunidade de, junto com todos aqueles que compartilham o mesmo propósito, crescer. Na realidade, o mundo inteiro hoje aproveita-se do modelo cooperativista para o seu desenvolvimento, porque ele é capaz de compartilhar e distribuir renda com equidade e equilíbrio entre todos os participantes. Por isso, é uma honra para nós termos a frente parlamentar e termos todos os deputados como signatários dela. Mas, acima de tudo, é essencial exaltar esse modelo, que é exemplo não só para o Brasil, mas para o mundo. Recentemente, junto com o governador e o presidente da OCB, tive a satisfação de ir ao Paraná, onde o governador do estado expôs o potencial de Mato Grosso do Sul para mais de duzentas cooperativas paranaenses. Fico ainda mais feliz porque, quando criança, no início da década de 1970, acompanhei meu pai, que foi um dos primeiros cooperados da Coamo. Ele morava próximo à, hoje, maior cooperativa da América Latina. Reconhecidamente, a Coamo é um exemplo de sucesso. Quem conhece a sua estrutura, incluindo as operações em Mato Grosso do Sul, sabe o quanto ela contribuiu para o desenvolvimento do estado. Além disso, as cooperativas de fora, como Coamo, LAR, C.Vale e tantas outras, já fizeram um aporte significativo de recursos em nosso estado. Durante essa viagem com o governo, essas cooperativas comprometeram-se a dobrar seus investimentos nos próximos anos, o que representa geração de empregos, incremento na renda e desenvolvimento para Mato Grosso do Sul e para o Brasil. Parabéns a todo o movimento cooperativista e, de modo especial, à nossa OCB de Mato Grosso do Sul.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e o insiro, na íntegra, ao meu pronunciamento. Antes de finalizar, agradeço mais uma vez ao Celso, que representa a OCB. Quero também agradecer ao Sicredi União, Cooperativa União, Copaer, Cona Centro, Canva e Cresol. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado, primeiramente, quero parabenizar Vossa Excelência. E Vossa Excelência já mencionou que eu sou um dos

signatários da criação da nossa frente parlamentar. Quando uma pessoa sozinha não consegue vencer na vida, a melhor coisa que faz é juntar várias pessoas para que todas possam vencer. Isso é uma cooperativa. Tanto que existe um ditado muito correto: "Quem coopera, poupa". Eu sou cooperativista há muitos e muitos anos. Lembro que fui um dos primeiros a convidar o meu amigo Dídeo, que hoje é assessor do Polon, para abrir a primeira agência do Sicredi em Caarapó. Isso aconteceu mais de trinta anos atrás — nem lembro exatamente a data —, na época em que ele plantava lavoura lá na minha fazenda. Quero, em nome desta Casa, saudar o Celso pelo brilhante trabalho que realiza à frente de todas as cooperativas. Quando você analisa instituições como a LAR ou a Coamo, é possível ver o sucesso do cooperativismo. Infelizmente, nem todas tiveram a mesma sorte. Um exemplo foi a Cotia, que em vez de poupar, investiu na construção de um dos maiores prédios de São Paulo, o que culminou no seu insucesso. Ainda assim, o sucesso do sistema cooperativo está claro para todos que participam. Pessoalmente, sou participante atuante no Sicredi, na Coamo, no Sicoob, na Cevale e na LAR. Sempre que faço negócios com cooperativas, sinto ainda mais entusiasmo para continuar trabalhando dentro do sistema cooperativista. Muito obrigado!

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Agradeço, deputado Zé Teixeira. E aqui fica como um desafio nosso, também da bancada federal, que o sistema do cooperativismo tenha acesso a mais recursos do FCO. Até porque, hoje, 90% do montante está sendo liderado, de forma hegemônica, pelo Banco do Brasil. Creio que, a médio prazo, vamos avançar nessa questão, levando em conta a responsabilidade e os avanços do cooperativismo. O Celso está há mais de trinta anos à frente da OCB, o que é uma prova inequívoca de seu compromisso, trabalho e lisura. Celso, junto com toda a sua equipe, é exemplo para todos. Comparo-o, em um sentido positivo, ao Fidel Castro, no sentido de longevidade: nunca vi alguém permanecer tanto tempo à frente de uma instituição, e ninguém quer substituir o Celso porque o trabalho está dando certo! Lembro-me da última assembleia na Universidade Federal, onde vi, Celso, o quanto você é querido e o quanto as pessoas confiam em você. Isso nos dá mais alegria e tranquilidade para atuar à frente dessa frente parlamentar, junto com os demais vinte e três colegas. Sabemos que a OCB está em boas mãos. Parabéns e congratulações a todos os membros de sua diretoria.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Deputado Professor Rinaldo...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Pois não, deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Obrigado. Dada a sua declaração bombástica sobre o Celso — eu estava aqui ouvindo —, talvez, ao invés de compará-lo ao

Fidel Castro, ele gostaria de ser comparado, em termos de longevidade, ao deputado Londres Machado.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — É uma pena que o deputado Londres Machado não esteja aqui, pois também é um dos que apoia essa frente. Enfim, quero agradecer a todos pela atenção, mais uma vez parabenizar a OCB e também agradecer pela estatueta. Apenas 20% dos colegas ainda não tiveram a oportunidade de receber essa homenagem, mas, em breve, as entregaremos nos respectivos gabinetes. Muito obrigado, senhor presidente. Que Deus abençoe a OCB e que as cooperativas cresçam ainda mais, gerando empregos, renda e, acima de tudo, promovendo a qualidade de vida. Muito obrigado!

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quero parabenizar o deputado Professor Rinaldo pela sua condução na frente parlamentar. Uma atuação importante! Saúdo aqui o Celso e, em seu nome, todos os representantes da OCB presentes nesta Casa. Acredito firmemente que, através do cooperativismo, é possível superar os desafios da produção e os obstáculos financeiros. Enfim, o cooperativismo é fundamental. Que bom que esta Casa está diretamente envolvida com esse segmento. Podem contar com meu apoio. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Por inversão, eu gostaria de passar a palavra ao deputado Lidio Lopes, que dispõe de cinco minutos para fazer sua explanação.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Quero parabenizar o deputado Professor Rinaldo — pela Lei do Cooperativismo, da qual sou subscritor — e toda a diretoria do sistema de cooperativismo de Mato Grosso do Sul, incluindo o Sicredi e o Sicoob, que estão ampliando sua atuação no estado. Parabéns pelo excelente trabalho realizado, especialmente ao Celso, um cavalheiro sempre bem-sucedido na direção do Sicoob. Senhor presidente, quero rapidamente fazer uso da palavra, ocupando esta tribuna, para registrar que, na sexta-feira passada, estivemos em Marília, no Estado de São Paulo, acompanhando a prefeita Adriane Lopes, a convite do presidente da Câmara, vereador Papi, do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e do prefeito Vinícius, de Marília. Fomos acompanhar a entrega e inauguração de oitocentas e seis novas moradias. O governador Tarcísio, que faz parte do seu partido, o Republicanos, possui uma abordagem diferenciada nessa área. Enquanto o governo anterior entregava, em média, trinta mil moradias no Estado de São Paulo, o governador Tarcísio está entregando cento e dez mil, e deve encerrar o mandato com duzentas mil novas moradias entregues. O que chamou nossa atenção foi o modelo inovador que está sendo implementado, e que podemos trazer para Campo Grande: um projeto com um novo conceito de moradia popular. Trata-se de moradias financiadas pela Caixa Econômica Federal, porém executadas pela iniciativa privada, por uma construtora que viabiliza toda a estrutura do imóvel, desde o planejamento até a execução. Deputado Renato Câmara, esse é um modelo que merece

nossa atenção. Além disso, estamos falando de moradias de qualidade, em que há espaço suficiente para a ampliação futura da família. Esses projetos contam com subsídios do Governo Estadual e do Governo Federal, junto à Caixa Econômica Federal. Basicamente, trata-se de um programa similar ao Minha Casa, Minha Vida, mas focado em oferecer mais dignidade. Nesse modelo, tira-se as famílias que estão pagando aluguel para que elas passem a ter prestações mais acessíveis, na faixa de seiscentos reais, por uma moradia de qualidade. Essas casas possuem laje, cobertura de telhas de cimento, esquadrias de alumínio, banheiros completamente acabados e pisos revestidos. Além disso, há um complexo de lazer integrado ao conjunto habitacional, o que garante dignidade às famílias. Hoje, Campo Grande nutre uma expectativa de implementar este sistema para trazer cinco mil novas moradias. Isso representaria uma grande evolução no enfrentamento do déficit habitacional. Quero, aqui, parabenizar a prefeita Adriane Lopes e o presidente da Câmara, vereador Papi, pela iniciativa de buscar o que está funcionando em outros estados e trazer esse modelo para Mato Grosso do Sul, especialmente para Campo Grande. Essa empresa que está liderando o projeto é originário de Marília, mas já atua em cinco estados do país, com investimentos de grande porte. Em Marília, por exemplo, já foram construídas vinte mil moradias nesse modelo. Atualmente, estão em andamento dezesseis mil novas unidades habitacionais no Estado de Mato Grosso. Tenho muita expectativa de que esse projeto seja implementado em Campo Grande e, posteriormente, expandido para outras cidades do Mato Grosso do Sul, de acordo com o interesse e a viabilidade de cada município. Esse tipo de parceria com a iniciativa privada traz grandes resultados para a população. Hoje, enfrentamos um grande déficit habitacional em Mato Grosso do Sul, que também se reflete na realidade de Campo Grande. Com isso, conseguimos ir avançando, deputado Antonio Vaz, e evoluindo nesse quesito. Eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade, pois estive lá, presenciei e vi com os meus próprios olhos aquilo que está sendo muito bem feito e com qualidade para melhor atender as pessoas. Espero que dê certo e que consigamos viabilizar, em Campo Grande, as questões legais relacionadas às leis municipais, como as questões das zonas de moradias, as ZEEs, para organizar o Plano Diretor. Dessa forma, traremos para Campo Grande esse projeto, com condições para que as pessoas tenham sua moradia com dignidade. Era isso que queríamos destacar, senhor presidente. Quero aproveitar para parabenizar o governador Tarcísio, pela forma como vem conduzindo essa questão habitacional no Estado de São Paulo. Entregar duzentas e dez mil moradias em pouco mais de dois anos de mandato é, de fato, algo impressionante, deputado Paulo Corrêa. É muita coisa e, além disso, tem qualidade! Não poderia deixar de parabenizá-lo e dizer que precisamos avançar aqui em Mato Grosso do Sul, copiando. Como se diz: "Na vida, nada se cria, tudo se copia". E as coisas boas que acontecem pelo país, nós temos que buscar, adaptar e viabilizar aqui, para termos resultados em Mato Grosso do Sul. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como já atingimos às 11h, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Quero consultar o segundo-secretário se há quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há vinte e três senhores deputados e deputadas presentes. Temos quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 226/2024. Autor: deputado Junior Mochi, em coautoria com o deputado Paulo Corrêa. "Obriga as revendedoras de veículos usados e/ou seminovos, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a informar ao consumidor se o veículo colocado à venda é oriundo de leilão, locadora, recuperado ou salvado de seguradoras". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Quero registrar a presença de Maurício Carrilho Montalvão, conhecido como Maurinho, do município de Jaraguari.

Projeto de Lei nº 226/2024, de autoria dos deputados Junior Mochi e Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 117/2025. Autor: Poder Judiciário. "Dá denominação à sala do Tribunal do Júri da comarca de Deodópolis". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 117/2025, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado o projeto de lei que atribui à sala do Tribunal do Júri da comarca de Deodápolis o nome “Juiz Rubens Witzel Filho”. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 204/2024. Autora: deputada Mara Caseiro. "Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a campanha 'Setembro Amarelo vai à Escola', a ser realizada no mês de setembro. A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu

parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Educação, Cultura, Desporto também emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, para discutir, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, este projeto tem como objetivo promover o debate, sensibilizar e incentivar a realização de atividades educacionais voltadas à prevenção da automutilação e do suicídio. Sabemos que, infelizmente, com esse momento da internet, com o advento das redes digitais, muitas informações chegam rapidamente aos nossos jovens e, por isso, é necessário conscientizá-los sobre a importância de entender seus próprios sentimentos e, também, de identificar sinais de alerta em si mesmos ou em colegas. Isso nos permitirá trazer a ajuda necessária quando uma criança ou jovem estiver passando por momentos de depressão ou sofrimento. Hoje, enfrentamos desafios absurdos impostos pela internet, que em alguns casos levam nossos jovens a praticarem automutilação e, em situações mais graves, até mesmo a tirar a própria vida. É diante dessa triste realidade que apresentamos o projeto "Setembro Amarelo vai à Escola", com o objetivo de realizar promover a conscientização e o combate à automutilação, bem como ao suicídio, principalmente entre as crianças e jovens. Por isso, peço o apoio de todos os deputados para que possamos aprovar este projeto e garantir que ações e atividades sejam trabalhadas nas escolas durante o mês de setembro. Dessa forma, estaremos combatendo esse mal.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 204/2024, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à redação final. Item 4. A pedido do autor, o deputado Pedrossian Neto, retirado de pauta. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, vinte e nove indicações e quatro moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Artulino José de Mendonça. Moção de pesar, proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento da senhora Rosa Reginski

Vendruscolo. Moção de pesar, proposta pelo deputado Gerson Claro e transformada pela Casa, em razão do falecimento do senhor Augusto José Corrêa da Costa. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Não havendo mais oradores, invocando a proteção de Deus, e não havendo mais matérias a serem tratadas, declaro encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h15min).